

O COMPLEXO TÊXTIL

*Dulce Corrêa Monteiro Filha
Abidack Corrêa¹*

1. INTRODUÇÃO

O complexo têxtil abrange uma das indústrias mais tradicionais da economia brasileira, mas os primeiros financiamentos do BNDES a esse setor datam de 1965. Após aquela data, o apoio financeiro concedido visou à modernização do parque fabril, principalmente com empréstimos para compra de máquinas e equipamentos, assim como para implantação de novas fábricas. O impacto da atuação do Banco nesse complexo fez-se sentir também pelo financiamento do parque petroquímico, fornecedor de matérias-primas (notadamente para produtos sintéticos e artificiais), e pelo apoio à comercialização do algodão, principal matéria-prima têxtil no Brasil.

O texto a seguir alinhava inicialmente a história do complexo têxtil no Brasil; nas seções seguintes, analisa a atuação do BNDES *vis-à-vis* os ciclos de investimento dessa indústria. As considerações finais apresentam uma perspectiva desejável de evolução do complexo.

2. HISTÓRICO DO COMPLEXO TÊXTIL

Para facilitar a análise da atuação do BNDES no complexo têxtil, utilizaram-se dois cortes analíticos, que representam mudanças importantes na atuação do Banco com relação a essa indústria. O primeiro corte foi definido pelo início do financiamento da instituição ao setor (1965), e o segundo corte, pela abertura da economia brasileira, processo iniciado nos anos 90. As fases nas quais se dividiu este estudo foram as seguintes: (i) antes de 1965; (ii) de 1965 a 1989; (iii) de 1990 a 2001.

2.1. FASE ANTES DE 1965

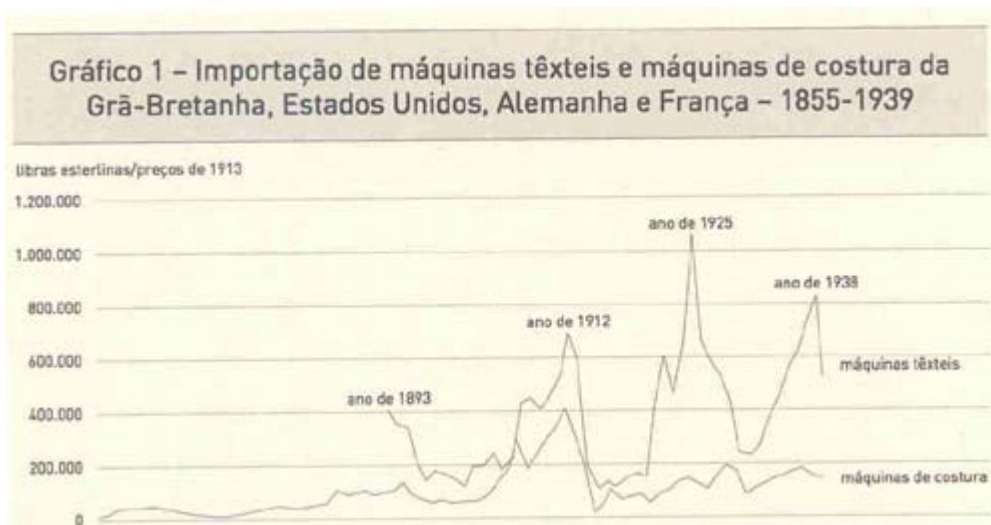
As raízes da fabricação de produtos têxteis no Brasil precedem a chegada dos portugueses. Entretanto, partindo do princípio de que tudo teria começado com a efetiva ocupação do território brasileiro, e considerando que no período que se estende de 1500 a 1844 a característica fundamental é a incipiência da indústria, o período 1844-1913 pode ser considerado a fase de efetiva implantação dessa atividade no Brasil.

Em 1844, esboçou-se a primeira política protecionista brasileira, quando foram elevadas as tarifas alfandegárias para a média de 30%, o que provocou protestos de várias nações européias.

Em 1864, o Brasil já tinha cultura algodoeira, mão-de-obra abundante e mercado consumidor em crescimento. Outros fatores influenciaram também a evolução da indústria: a Guerra Civil Americana, a Guerra do Paraguai e a abolição da escravatura, que resultou em maior disponibilidade dos capitais antes empregados no ramo negreiro. Naquele ano, estariam funcionando no país vinte fábricas, com cerca de 15 mil fusos e 385 teares. Em 1881, o parque têxtil possuía 44 fábricas e 60 mil fusos e propiciava cerca de 5 mil empregos.

Suzigan (1986) chama a atenção para o fato de que "o desenvolvimento da indústria têxtil de algodão se deu principalmente a partir de fins da década de 1860. Os principais surtos de investimento nessa indústria ocorreram nos seguintes períodos: entre fins da década de 1860 e meados da de 1870; na década de 1880 e início da de 1890; em 1907-13; na década de 20 (particularmente em 1924-26); e na década de 30, especialmente a

partir de 1933". Quanto à indústria do vestuário, o mesmo autor sugere, apesar da dificuldade de dados, que ela "desenvolveu-se entre fins da década de 1860 e início da de 1870 e a partir de 1882". O ramo acompanhou os movimentos da indústria têxtil até 1920.



Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, havia duzentas fábricas, que empregavam 78 mil pessoas. A guerra pode ser considerada fator decisivo na consolidação da indústria têxtil brasileira.

Os recenseamentos de 1907 e 1920 indicam crescimento mais que proporcional do emprego na indústria de fiação, se comparado com o da indústria de tecido (Normano, 1939), conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Indústrias de fiação e tecidos abrangidas pelos recenseamentos de 1907 e 1920

	Total em 1907	Total em 1920	Variação %
Indústria de fiação*			
Número de estabelecimentos	163	266	63
Número de empregados	46.102	92.462	100
Indústria de tecidos			
Número de estabelecimentos	222	391	76
Número de empregados	8.776	11.574	32

*Inclui duas fábricas de tecidos em 1907.
Fonte: Normano (1939).

Chama a atenção a importância da indústria têxtil. Em 1920, ela como um todo ocupava 115.519 pessoas, o que representava 41% do emprego na indústria de transformação.

Normano (1939) explicita que os tecidos e as roupas feitas eram responsáveis por 15% do total arrecadado pelo imposto de consumo em 1929, representando a terceira maior arrecadação entre os setores industriais.

Na década de 20, houve a retomada das importações, depois reduzidas com a crise de 29; a oportunidade de crescimento só voltaria com a Segunda Guerra Mundial. Mas, já no entreguerras, o número de operários ocupados triplicou, se consideramos os dados do período 1920-40. A participação do setor no produto industrial em 1940 era de 23%.

No Brasil, o uso de fibras e filamentos artificiais na tecelagem começou no final da década de 20 e se acelerou na de 30. A primeira fábrica de raiom foi estabelecida em 1924, pelo grupo Matarazzo, em São Paulo.

A Rhodia² se instalou no Brasil em 1919, mas só em 1929 iniciou atividade no setor têxtil (com a Companhia Brasileira de Sedas Rhodiaseta), para produzir fio de acetato de raiom. Em 1931, começou a fabricar seda artificial e, em 1934, instalou uma unidade da Valisère, francesa.³

Em 1935, um consórcio da Votorantim com a Klabin Irmãos, em associação com capital americano, fundou a Nitro-Química Brasileira, para a produção de fios e fibras de raiom.

Em 1949, inaugurou-se a Rhodosá de Rayon em Santo André (SP), para produzir raiom-viscose, e a Du Pont inaugurou sua primeira unidade de produção, em Barra Mansa (RJ).

Celso Furtado (1957) chamava a atenção para o fato de que países que constituíam os grandes mercados importadores de tecidos de algodão (países subdesenvolvidos) começaram a instalar importantes centros fabris têxteis, a partir do primeiro conflito mundial. Muitos desses países eram produtores marginais de algodão e intensificaram a produção para atender às necessidades da indústria nacional. Por outro lado, os países exportadores de tecidos e importadores de fibras passaram a substituir progressivamente a matéria-prima importada por fibras artificiais.⁴

Quanto aos têxteis de algodão, perdemos clientes externos com o fim da Segunda Guerra: as exportações, que haviam atingido 24 mil toneladas no período 1942-47, caíram para 1.596 toneladas em 1951, tendo-se reduzido significativamente nos anos posteriores. Sem novos investimentos, os equipamentos se tornaram obsoletos.

O setor têxtil começou a passar por transformações com a fase de industrialização do país nos anos 50.

A partir de 1955, a Rhodia deu início à fabricação de poliamida (náilon). Em 1956, começou a implantar a Unidade Química de Paulínia. Em 1961, lançou o poliéster.

2.2. FASE 1965-89

O BNDES só passou a financiar o complexo têxtil após 1965, quando esse setor foi incluído pelo CDI nos "grupos preferenciais de indústrias", seguindo a política governamental explicitada no Plano de Ação Estratégica de Governo (Paeg), que abrangia o período 1964-66.

Em 1966, a Rhodia instalou em Cabo de Santo Agostinho (PE), uma fábrica de poliéster. Nesse ano, criou-se ainda o Grupo Executivo das Indústrias Têxteis (Geitex) no Ministério de Indústria e Comércio/Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que concedia 100% de isenção de impostos para importação de máquinas têxteis.

Entretanto, os investimentos nesse setor foram pouco representativos até 1970, devido à elevada ociosidade e ao alto índice de obsolescência no parque fabril, notadamente na fiação e tecelagem de algodão. Um dos maiores investimentos naquele segmento ocorreu em 1968, com a inauguração da Nova América, implantando no Rio de Janeiro um dos mais modernos parques da época.

Ao mesmo tempo, a produção de fibras sintéticas ainda era incipiente. Naquela época, existiam basicamente a Rhodia, que exercia o virtual monopólio nesse segmento (fibras de poliéster; filamentos de náilon 6.6 e poliéster; e fibras acrílicas); e outros

concorrentes com plantas menores: a Sudamtex, empresa de capital americano que produzia desde meados da década de 60 fibras e filamentos de poliéster no Rio de Janeiro; a Celanese do Brasil, filial de empresa americana que fabricava filamento de náilon 6.6 em São Bernardo do Campo (SP); e a Matarazzo (filamentos de náilon 6) em São José dos Campos (SP). Afora isso, o Geitex, em conjunto com a Sudene, incentivou em 1968 a implantação da Safron-Teijin (Aratu, BA), *joint venture* do grupo Safra com a Teijin (Japão), que era considerada a primeira concorrente de peso da Rhodia.

Pela Resolução 1/70 do Geitex/CDI, os projetos de fiação e tecelagem poderiam recorrer a 100% de isenção de impostos na importação de equipamentos (que eram totalmente estrangeiros na época), desde que objetivassem:

- substituir equipamentos obsoletos, que eram sucateados na presença de funcionário do CDI (modernizar sem aumentar a capacidade de produção); e
- exportar 70% do aumento da produção durante cinco anos.

Tal diretriz somente se aplicava às indústrias de fiação e tecelagem, ficando fora dessa restrição os projetos de produção de fibras artificiais e sintéticas, as indústrias de acabamento de tecidos (tinturaria, estamparia etc.) e as confecções.

Esse instrumento propiciou a entrada, com incentivos fiscais, de novos *players* na produção de fibras químicas: a Cia. Brasileira de Sintéticos (CBS), associação da Klabin com a Hoechst, para produzir filamentos de poliéster em Suzano (SP); a Polyenka (Akzo), para produzir filamentos de poliéster em São Paulo; a De Millus, para produzir filamento de náilon 6 no Rio de Janeiro; e a Fiação Brasileira de Rayon (Fibra), da Snia Viscosa (Itália), para produzir filamento de náilon 6 em Americana (SP).

Em dezembro de 1970, o Decreto-Lei 1.137 manteve os incentivos fiscais, mas extinguiu os Grupos Executivos, inclusive o Geitex, criando em seu lugar os Grupos Setoriais (o GS-VIII ficou responsável pelo setor de bens de consumo, que abrangia o setor têxtil e o de couro/calçados).

Nos anos 70, foi criada a Rhodiaco (associação da Rhodia com a Amoco) para produzir ácido tereftálico, uma das matérias-primas necessárias à fabricação de poliéster da Rhodia.

Em 1972, iniciou-se um novo ciclo de investimentos no setor, através da Resolução 23/72 do GS-VIII/CDI, que passou a permitir a aprovação de projetos de fiação e tecelagem que:

- previssem a substituição de equipamentos obsoletos, modernizando, sem aumentar a capacidade de produção;
- visassem a exportar 50% do aumento da produção durante dois anos; e
- comprovassem ter operado a 100% da capacidade durante um ano (7.200 horas/ano).

Para os demais setores da cadeia têxtil, inclusive fibras artificiais e sintéticas, não havia nenhuma restrição.

Pela Portaria 119 de 12 de junho de 1972, surgiram também os planos de nacionalização de máquinas e equipamentos têxteis, administrados pelo CDI, tendo sido aprovados quarenta projetos de implantação, ampliação e modernização da indústria de máquinas têxteis, principalmente de filatórios de anéis e teares sem lançadeiras. Tais planos conferiram aos fabricantes de máquinas têxteis tanto incentivos para investimentos quanto isenções fiscais para a importação complementar de componentes necessários à produção interna de equipamentos. Como a produção de máquinas no Brasil foi incentivada no auge do ciclo, na etapa de expansão do setor têxtil, boa parte do efeito

acelerador dos investimentos não se realizou internamente, extrapolando para o exterior, na forma de importações de máquinas e equipamentos (Simões e Caruso, 1987).⁵

No período 1972-74 ocorreu um dos maiores ciclos de investimentos do setor nas últimas décadas, representando expressiva modernização, mas o aumento de sua capacidade produtiva foi exagerada (cerca de 40%).

Nessa época, destacaram-se os seguintes investimentos:

- em malharia, com a importação exagerada de teares circulares por pequenas e médias empresas de São Paulo. Permitiu-se que essas empresas comprassem teares obsoletos para tecidos planos a serem sucateados em troca de novos teares, a fim de cumprir a diretriz da Resolução 23/72;
- a implantação de grandes fiações de algodão de indústrias japonesas (Toyobo, Nishinbo e Daiwa), em que 90% dos recursos eram financiados por bancos nipônicos, e os 10% restantes com recursos próprios das empresas. Todas se comprometeram a exportar 50% da produção por dois anos;
- as implantações de várias fiações de seda de capital japonês, destinando-se 100% à exportação, devido à alta produtividade do bicho-da-seda em São Paulo e no Paraná (praticamente não se consumia fio de seda no Brasil);
- a implantação da Cobafi (fios de náilon 6 para pneus - Akzo/Rocha Miranda), da Banylsa (filamentos de náilon 6) e da Polynor (fios e fibras de poliéster - Matarazzo) em João Pessoa (PB) e da Fisiba (fibras acrílicas) em Aratu (BA); expansão maciça de toda a linha de fibras da Rhodia em São José dos Campos e Santo André (SP); e
- a transferência, do Japão para Jundiaí (SP), de uma fiação de 150 mil fusos e de uma tecelagem obsoleta da Kanebo, graças a incentivos do Befiex, criado em 1973 no Ministério da Fazenda. Isso contrariava totalmente a política industrial da época.

Devido ao choque do petróleo, em 1973, e à conseqüente recessão, em 1974, o setor atravessou forte crise nos anos seguintes. Em 1975, para agravar a situação, os projetos japoneses não cumpriram os compromissos de exportação firmados junto ao CDI/Befiex e realizaram forte *dumping* no mercado interno. Essa situação só foi contornada mediante intervenção do Miti (o ministério japonês da indústria e do comércio exterior), após reclamações do empresariado brasileiro.

Nesse quadro, as indústrias de fiação de seda japonesas operaram com alta ociosidade, uma vez que não tinham condições de exportar para o Japão (seu maior importador). Várias missões do Itamaraty negociaram então cotas com aquele país.

Devido aos problemas no balanço de pagamentos, foi promulgado em 1975 o Decreto-Lei 1.428, que eliminava a isenção total nos impostos de importação de equipamentos (exceto para as empresas jornalísticas, que continuaram com isenção total). Para os setores prioritários, a redução era de 80%; mas, para as indústrias de bens de consumo esta redução passou a ser de apenas 50%.

Tabela 2 – Indústria têxtil abrangida pelos recenseamentos de 1970 e 1975

	Total em 1970	Total em 1975	Variação %
Têxtil			
Número de estabelecimentos	5.309	4.517	-15
Pessoal ocupado	342.839	329.664	-4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos			
Número de estabelecimentos	8.613	7.054	-18
Número de empregados	164.512	291.787	77

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1980 e 1983.

Em 1970, a indústria têxtil (excluída a de vestuário) empregava 13% do pessoal da indústria de transformação. Em 1975, esse percentual caiu para 9%. No entanto, é interessante notar que, nesse mesmo ano, a indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecidos foi responsável por um percentual menor (de 8%) do pessoal ocupado na indústria de transformação.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico, em reunião de 6 de novembro de 1974, adotou o Programa de Industrialização do Nordeste, que previa a instalação de mais 2 milhões de fusos naquela região. Em 1975, cerca de 600 mil fusos já operavam ali.

Pela Resolução 41/75, as empresas teriam direito a beneficiar-se dos incentivos fiscais do Decreto-Lei 1428/75 desde que: (i) exportassem a totalidade de sua produção durante no mínimo cinco anos; (ii) produzissem fibras artificiais e sintéticas com base em matérias-primas produzidas no país; (iii) substituíssem equipamentos obsoletos, sucateando máquinas; e (iv) melhorassem a qualidade e o acabamento do produto. Essa resolução também procurava incentivar a transferência de indústrias têxteis do Sudeste para o Nordeste. Elaboraram-se então o Programa Têxtil Integrado do Ceará e o Programa do Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte.

Essa política industrial possibilitou que, na segunda parte da década de 70, grandes projetos de fiação e tecelagem se direcionassem para o Nordeste. Houve duas efetivas transferências de fábricas de fiação-tecelagem do Sul-Sudeste para o Nordeste: Artex e Vicunha.

O II PND (1974-78), que propiciou a implantação do Pólo de Camaçari (BA), teve impacto relevante no setor. A implantação de uma central petroquímica no Nordeste permitiu aumentar o abastecimento de matérias-primas (caprolactama, DMT etc.) dentro do país, propiciando a expansão do segmento de fibras sintéticas. Ao mesmo tempo (1974), em Paulínia, a Du Pont inaugurava, sem nenhum incentivo governamental, um dos principais centros produtores de fio elastano (Lycra), embora com todos os seus insumos importados.

Na segunda metade da década de 70, os grandes projetos se concentraram no Nordeste. Cabe salientar também que, nessa época, iniciou-se um grande processo de substituição de equipamentos têxteis importados por nacionais.

Outra proposição do II PND foi o aumento das exportações têxteis, estabelecendo-se, entre as diretrizes traçadas, a meta de crescimento das exportações em torno de 20%; imaginava-se fazer que as importações crescessem a taxas inferiores às das exportações. As exportações têxteis, que alcançavam apenas US\$ 42 milhões em 1970, deslançaram continuamente, atingindo US\$ 535 milhões em 1975 e US\$ 916 milhões em 1980.

Após 1973, os incentivos fiscais e creditícios decresceram, e, após 1979, só subsistiam os incentivos relacionados à exportação.

Comparando os dados de 1970 com os de 1980, podemos observar na indústria têxtil (excluída a de vestuário) um crescimento percentual no emprego mais que proporcional ao aumento do número de estabelecimentos. Esse número, que representava na década de 70 cerca de 3% do total da indústria de transformação, passou para 4% em 1980.

Em 1970, a indústria têxtil empregava 13% do pessoal da indústria de transformação. Em 1980 (após, portanto, a implantação das indústrias de base e de bens de capital), a indústria têxtil passou a ser responsável por apenas 8,5% da mão-de-obra empregada na indústria de transformação.

Tabela 3 – Indústria têxtil – 1970 e 1980			
	Total em 1970	Total em 1980	Variação %
Têxtil			
Número de estabelecimentos	5.309	5.469	3
Pessoal ocupado em 31/12	342.839	395.792	15
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos			
Número de estabelecimentos	8.613	10.004	16
Número de empregados	164.512	427.192	160

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1980 e 1983.

As indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecido empregavam 9,1% do pessoal da indústria de transformação em 1980.

A partir do segundo semestre de 1984, o setor têxtil apresentou sinais de recuperação, vindo a consolidar-se em 1985. Contudo, em 1986, visto que os bens de capital estavam defasados com relação à fronteira e que o setor estava interessado num apoio maior do governo, o Conselho Nacional da Indústria Têxtil (CNIT) publicou *Os estudos para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2000*. Dentre os principais itens do plano de ação, constavam: (i) apoio do governo para financiar novos investimentos; (ii) facilidades (isenção de tributos) para importar máquinas; e (iii) um plano de importação emergencial enquanto o programa de modernização ia sendo mais bem definido.

Em 1984, foi criada a Rhodia Bahia, seguindo-se a compra da Celanese, que produzia fios têxteis e fio-tapete no estado de São Paulo.

A indústria têxtil (sem considerarmos a de vestuário) empregava 6% do pessoal da indústria de transformação, apresentando declínio em relação a 1980 (quando o percentual fora de 8,5%). O número de estabelecimentos representava 3% da indústria de transformação (em 1980, era de 4%).

	Total em 1980	Total em 1985	Variação %
Número de estabelecimentos	5.469	5.570	2
Pessoal ocupado em 31/12	395.792	351.360	11

Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil, 1983 e 1991.

Em maio de 1988, o governo aprovou uma Nova Política Industrial (Decretos-Leis 2.433, 2.434 e 2.435). Facilitou-se a importação de máquinas, apoiou-se o investimento em pesquisa e desenvolvimento e em programas de exportação, e concederam-se incentivos fiscais à ampliação da capacidade de setores industriais. O governo passou então a analisar os Planos Setoriais Integrados (PSI), baseados em complexos industriais. O PSI têxtil foi o primeiro a ser analisado, pois se fundamentara no trabalho do CNIT explicitado acima.

O PSI abrangia todos os segmentos do complexo têxtil e “apresentava uma visão integrada dos problemas do setor, estabelecendo metas de crescimento, modernização tecnológica e administração da produção, formação de mão-de-obra e fornecimento de insumos até o ano de 1995. Ao mesmo tempo, previa um cronograma de redução gradual das alíquotas de importação, o que de certa forma já vinha ocorrendo desde 1988” (Hiratuka, 1996).

Com a abertura comercial, o PSI acabou não sendo implantado, e as metas de reestruturação programadas não se efetivaram (Hiratuka, 1996).

2.3. FASE 1990-2001

Em 1990, com a abertura comercial, as tarifas de importação de tecidos passaram de 70% para 40%. Logo depois, a alíquota caiu para 18%, no regime de desagravação tarifária.

Utilizaram-se linhas internacionais para a importação de algodão, tendo em vista o fato de que, na época, a taxa de câmbio era favorável.

O saldo da balança comercial têxtil (considerados inclusive os dados referentes ao algodão), que estava superavitário em US\$ 929 milhões em 1985, permaneceu positivo até 1994; mas, em 1996-97, chegou a ficar negativo em US\$ 1 bilhão.

No início do processo de abertura dos anos 90, as importações de tecidos afetaram as tecelagens, tinturarias, estamparias e até fiações. Em seguida, importaram-se as confecções prontas, e, com isso, o segmento foi ainda mais duramente atingido.

As importações de produtos têxteis, com especial destaque para tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas, apresentaram grande crescimento.

Cabe também chamar a atenção para o fato de que na fase anterior (1965-80) o consumo de fios manufaturados (sintéticos e artificiais) cresceu aceleradamente tendo sofrido forte queda em 1985. No período 1990-2001, o consumo desses fios voltou a apresentar rápido crescimento até 1995 e crescimento médio moderado de 1995 a 1999, conforme podemos ver na tabela 6. Cumpre também observar tendência de aumento no consumo de fibras e filamentos manufaturados, que vêm substituindo os naturais.

Tabela 5 – Balança comercial têxtil – 1975-2000
(US\$ milhões)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1975	535	114	421
1980	916	120	796
1985	1.001	72	929
1990	1.248	463	785
1991	1.382	569	813
1992	1.491	535	956
1993	1.382	1.175	207
1994	1.403	1.323	80
1995	1.441	2.286	-845
1996	1.292	2.310	-1.018
1997	1.267	2.416	-1.149
1998	1.113	1.923	-810
1999	1.010	1.443	-433
2000	1.222	1.606	-384

Fonte: Abit.

Tabela 6 – Consumo brasileiro de fibras e filamentos têxteis

Ano	Fibras naturais		Fibras manufaturadas		Total	Consumo per capita
	mil t	%	mil t	%	mil t	kg
1970	405	78,3	112	21,7	517	n. d.
1975	555	72,3	213	27,7	768	n. d.
1980	719	71,3	289	28,7	1.008	7,0
1985	748	76,4	231	23,6	979	5,6
1990	794	71,7	314	28,3	1.108	6,3
1995	844	63,9	476	36,1	1.320	9,1
1996	862	65,1	463	34,9	1.325	8,6
1997	840	62,5	504	37,5	1.344	8,9
1998	807	62,4	487	37,6	1.294	8,3
1999	865	60,6	563	39,4	1.428	n. d.
2000	1.006	61,8	625	38,2	1.629	n. d.
2001	900	64,1	585	35,9	1.485	n. d.

Fonte: Abrafas.

Em 1993, aproveitando o aumento da demanda, a Rhodia constituiu uma *joint venture* com a Celbrás, formando a Rhodia-Ster, que já nasceu líder sul-americana na produção e comercialização de poliéster, tanto para têxteis como para embalagens (PET). Em 1995, a Rhodia também se associou à Hoechst, criando a Fairway Filamentos para produzir e comercializar filamentos de náilon e poliéster. Essa associação se desfez em 1998, tendo a Hoechst ficado com a fabricação de poliéster e a Rhodia Poliamida América do Sul reunido os negócios de náilon têxtil.

Em 1994, formou-se uma *joint venture* da Du Pont com o Grupo Vicunha para fabricar filamento têxtil de poliamida. Em 1997, inaugurou-se em Camaçari a Du Pont Polímeros.

Em 1996, as importações de tecidos caíram cerca de 30% em relação ao ano anterior.

Nesse mesmo ano, controlou-se a tendência de aumento das importações. Os fatores decisivos para ter-se revertido esse quadro foram algumas medidas adotadas pelo governo federal, dentre as quais a Portaria 201, de 10 de agosto de 1995, que elevou as alíquotas de importação de 18% para 70%, tendo isso vigorado até 27 de abril de 1996. Apesar do curto período de vigência, a portaria provocou significativa redução nas importações. Outra portaria, adotada logo após o término de vigência da anterior, foi a Portaria Interministerial 7, de 22 de maio de 96, que estipulou cotas para a importação de tecidos asiáticos.

Conforme Gorini (2000), "os impactos da abertura da economia brasileira, do aumento da concorrência externa a partir de 1990 e da estabilização da moeda (que ampliou o consumo da população de renda mais baixa, a partir de 1994, com a implantação do Plano Real), induziram a transformações estruturais na Cadeia Têxtil Nacional", cabendo destacar as seguintes:

"- o elevado volume de investimentos levou ao aumento da relação capital/trabalho na indústria têxtil, o que não ocorreu com as confecções, segmento caracterizado pela mão-de-obra intensiva;

"- o processo de reestruturação implicou no declínio da produção em alguns segmentos, como o que ocorreu na produção de tecidos planos, onde se somaram dois efeitos: (i) falência de muitas empresas, especialmente [dos] produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia; (ii) substituição da produção de tecidos planos pela [de] malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e [cujo] produto em geral também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado;

"- deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e demais regiões de incentivos fiscais, visando menores custos de mão-de-obra; alguns governos estaduais têm participado junto com as empresas no desenvolvimento de programas de qualificação e treinamento de mão-de-obra, principalmente na confecção, o que aliás é uma tendência mundial".

Tabela 7- Produção brasileira de algodão em pluma por estado/região - 1990-2001 (1.000 toneladas)

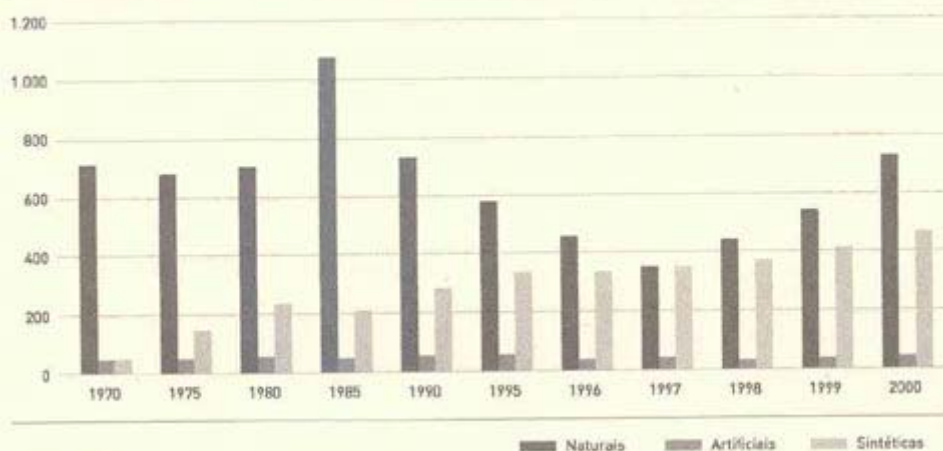
Estados	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Norte/Nordeste	88,1	113,9	81,2	53,4	122,2	87,6	76,4	59,1	25,1	37,8	93,2	85,9
Alagoas	1,1	2,2	1,9	0,1	4,3	1,0	1,7	1,9	1,4	0,7	1,5	1,5
Bahia	43,1	45,3	41,7	30,4	45,3	32,4	26,6	28,5	13,2	14,0	45,6	54,0
Ceará	19,6	21,7	18,4	4,5	27,3	12,9	12,6	6,3	5,8	14,6	24,7	13,4
Maranhão	0,2	0,1	0,1	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
Pará	1,4	1,4	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	0,4	0,4	0,9	0,4	0,4
Paraíba	4,5	12,7	7,8	0,9	6,2	7,4	7,5	5,9	0,8	2,4	9,9	4,3
Pernambuco	1,6	3,1	2,4	0,2	1,9	3,7	2,9	2,1	0,4	0,4	1,6	1,4
Piauí	4,8	6,6	6,2	6,2	13,1	13,5	9,3	5,8	0,6	1,6	2,2	3,8
Rio Grande do Norte	3,1	12,8	4,9	0,3	9,7	5,3	9,1	5,4	0,6	1,2	5,0	3,4
Rondônia	7,7	7,7	4,7	9,3	11,9	9,8	5,3	2,3	1,8	1,1	0,2	1,1
Sergipe	1,0	0,3	0,2	0,0	0,9	0,5	0,3	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1
Centro-Oeste	74,0	98,1	92,4	80,8	105,0	135,6	127,6	123,9	213,4	361,9	470,2	642,5
Mato Grosso	28,4	36,7	29,9	33,6	41,5	38,9	33,1	34,9	94,2	226,4	335,8	481,3
Mato Grosso do Sul	24,5	26,8	32,9	20,2	26,0	44,8	35,7	19,6	32,6	42,9	43,8	60,5
Goiás	21,1	34,6	29,6	27,0	35,5	51,9	58,8	69,4	86,6	92,6	90,6	100,7
Sul-Sudeste	503,6	505,0	493,5	286,0	255,9	313,9	286,0	122,9	172,5	120,9	136,9	129,8
Minas Gerais	28,8	37,2	27,7	27,1	26,3	27,0	23,1	28,1	41,1	28,9	38,7	25,4
São Paulo	164,0	123,6	130,8	73,3	83,3	111,2	63,4	54,4	66,9	53,2	55,2	52,2
Paraná	308,8	344,2	335,0	185,6	146,3	175,7	119,5	40,4	64,5	38,8	43,0	52,2
Total Brasil	665,7	717,0	667,1	420,2	483,1	537,1	410,0	305,9	411,0	520,6	700,3	858,2

* Estimativa.
Elaboração: Abit.
Fonte: Campanha Nacional de Abastecimento (Conab).

Quanto ao algodão, principal matéria-prima do parque têxtil brasileiro, destacam-se os problemas ocorridos na década de 90. A produção da planta apresentou queda em 1993; teve ligeira recuperação até 1995; caiu mais acentuadamente em 1997; e voltou a crescer a partir de 1998, ultrapassando em 2000 a produção de 1990.

No gráfico 2, pode-se verificar a queda na produção de fibras naturais na década de 90 e a melhora no nível da produção em 2000.

Gráfico 2 - Produção brasileira de fibras naturais, artificiais e sintéticas e filamentos - 1970-2000 (em mil t)



Elaboração: Abit.
Fonte: Conab/Febratã/BOE/Abrafes/Alpol.

3. OS CICLOS DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E A ATUAÇÃO DO SISTEMA BNDES NESSE SETOR

3.1. IDENTIFICAÇÃO DOS CICLOS DE INVESTIMENTO EM MÁQUINAS APÓS 1965

No período 1965-2001, pode-se identificar quatro ciclos curtos de investimento em máquinas têxteis. O primeiro vai de 1964 a 1977, com pico em 1975. O segundo, de 1978 até 1984, com um ponto máximo em 1980. O terceiro de 1985 a 1992, com um pico em 1990-91. O quarto, de 1993 a 1999, com um máximo em 1995.

3.2. INVESTIMENTO DO SETOR TÊXTIL NO PERÍODO 1965-89

Entre 1965 (quando o BNDES passou a financiar o setor têxtil) e 1989 (ano que caracteriza o fim de um modelo fechado da economia brasileira), pode-se perceber que ocorreram quatro ciclos de investimento em máquinas têxteis, conforme explicitado acima.

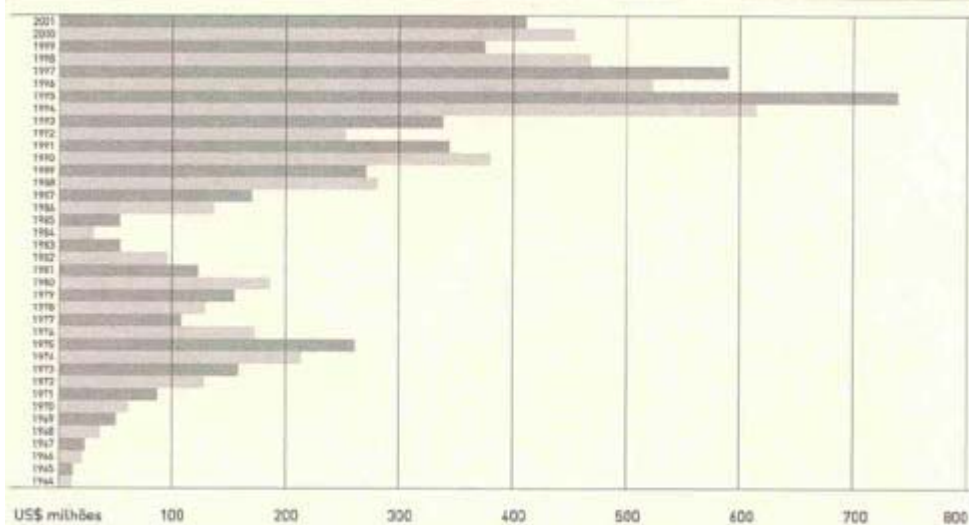
De 1971 a 1975, as importações de máquinas têxteis cresceram 18,8% ao ano, com destaque para as de filatórios, fiadeiras, retorceadeiras, bobinadeiras, teares sem lançadeiras, teares circulares para malharia e máquinas de costura industrial.

No período de 1974 a julho de 1977, por intermédio do Befiex, foram aprovados cinco projetos têxteis (SPI/BNDES, 1978).

A evolução dos investimentos fixos do setor têxtil aprovados pelo CDI, no período 1970-76, mostra que em 1973 e 1974 houve aprovação significativa, a qual provavelmente se concretizou em recursos em 1975, principalmente no segmento fiação, tecelagem e acabamento, como reflexo dos investimentos em fibras sintéticas, tendo gerado volume expressivo de investimentos em máquinas naquele ano. De acordo com a tabela 8, no período 1970-76 foram aprovados projetos de implantação no valor de R\$ 9.997,7 milhões, que correspondem a US\$ 4,155 milhões (a preços de dezembro de 2001).

Na década de 80, o complexo têxtil conheceu de início uma fase de recessão, até 1984, e depois uma de crescimento mais acelerado, nos anos posteriores. A fase recessiva afetou as compras de bens de capital, sobretudo as importações, com uma pressão muito forte sobre as empresas nacionais. Em dois anos (1983 e 1984), a produção brasileira de máquinas e equipamentos têxteis decresceu à metade do nível de 1980.

Gráfico 3 – Investimentos em máquinas do complexo têxtil – 1964-2001



Elaboração: BNDES/SP2/Geop2/Geset.
Fonte: Abit.

Tabela 8 – Projetos de implantação aprovados pelo CDI – 1970-76

(US\$ milhões de dez. 2001)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Fibras sintéticas	151	134	157	388	93	1	16
Fiação, tecelagem e acabamento	157	143	222	729	775	193	93
Tecelagem, acabamento e confecções de malha	24	19	72	240	96	5	
Meias	1	1	1	4	1		
Texturização	2	6	37	37	1	6	
Especialidades têxteis	38	21	32	92	67	51	10
Total	373	325	522	1.490	1.070	256	119

Valores corrigidos para dez. 2001 pelo IGP-DI e transformados para dólar de dez. 2001: 1 dólar= 2,40630 reais
Fonte: CDI (CS VIII), SP/BNDES 1978 (atualizado para 2001).

A recuperação do investimento em máquinas passou a ocorrer a partir de 1986, conforme visualizamos na tabela 9.

Tabela 9 – Gastos em máquinas e equipamentos têxteis na década de 80

(US\$ milhões de dez. 2001)

	Produção nacional (A)	Importações (B)	Total (A+B)	Índice
1980	162.162	389.021	545.182	100
1981	117.434	229.677	347.111	64
1982	93.805	169.439	263.244	48
1983	83.616	92.263	175.878	32
1984	78.018	48.469	126.488	23
1985	107.332	84.725	192.057	35
1986	230.984	213.031	444.015	81
1987	315.146	209.990	525.136	96

Valores corrigidos para dez. 2001 pelo IGP-DI e transformados para dólar de dez. 2001: 1 dólar= 2,40630 reais
Fontes: Importações – Carta Têxtil de 1988, SFTG/SP
Produção Nacional – ABIMAQ/SINDIMAQ. In Gortopassi (1988).

3.2.1. Apoio do sistema BNDES ao setor têxtil de 1965 a 1989

A análise dos dados após 1965 (o ano em que, vimos, o BNDES passou a financiar a cadeia têxtil) mostra forte correlação entre o investimento em máquinas têxteis e o financiamento de projetos têxteis pelo Banco, se considerada a defasagem de um ano entre as duas variáveis. O pico dos investimentos, em 1975, corresponde ao pico de financiamentos concedidos ao setor, em 1974.

Cabe destacar que, no período, o BNDES financiou a implantação da cadeia produtora de fibras químicas, a qual representou um volume significativo de investimentos até 1978.

O movimento ascendente no volume de financiamentos concedidos de 1978 a 1982 se deveu à racionalização e reorganização do parque instalado.

O aumento no volume de financiamentos a partir de 1985, com pico em 1987, levou a um acréscimo nos investimentos em máquinas têxteis a partir de 1986, com pico em 1988.

Desde a criação do Banco até 1970, a principal linha de financiamento do BNDES foi o Fundo de Reparcelamento Econômico (FRE), que tinha como objetivo prover os fundos necessários à implantação ou expansão de indústrias prioritárias para o desenvolvimento econômico do país. Por ser considerada indústria tradicional, a têxtil não foi financiada pelo FRE até 1965, como vimos. No entanto, seguindo a orientação traçada pelo Paeg, o BNDES descentralizou seus financiamentos, incorporando novos setores, entre eles o têxtil.

Com a criação do Geitex (1968), definiu-se a política de modernização do setor pela substituição de equipamentos, realizada com financiamentos de médio prazo do BNDES (Fipeme e Finame). O Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) possibilitava também a importação de máquinas, o que não era possível através da Finame.

Com a criação do Fundo de Modernização e Reparcelamento Industrial (FMRI) pela Resolução 378/70, o setor têxtil passou ainda a contar com essa linha de financiamento, que se tornou o principal produto do BNDES.

O percentual das aprovações de financiamentos para o setor têxtil no total das aprovações do BNDES foi, contudo, reduzido.

Tabela 10 – Desembolsos do sistema BNDES para o setor têxtil – 1965-78

Ano	R\$ milhões* (dez. 2001)	US\$ milhões** (dez. 2001)
1965	39	16
1966	108	45
1967	81	34
1968	139	58
1969	144	60
1970	267	111
1971	397	165
1972	538	224
1973	400	166
1974	1.222	508
1975	998	415
1976	881	366
1977	476	198
1978	746	310
1979	952	396
1980	827	344
1981	1.367	568
1982	1.900	790
1983	1.900	790
1984	2.698	1.121
1985	2.645	1.099
1986	3.817	1.586
1987	4.687	1.948
1988	4.154	1.726
1989	3.036	1.262

* Valores corrigidos para dez. 2001 pelo IGP-DI e transformados para dólar de dez. 2001: 1 dólar = 2,40630 reais
 Fonte: BNDES.

Tabela 11 – Participação das aprovações de financiamento para o setor têxtil e o de calçados nas aprovações totais do Sistema BNDES – 1965-73

Ano	% nas aprovações totais do Banco	Número de operações
1965	1	7
1966	3	37
1967	3	20
1968	4	20
1969	5	42
1970	6	75
1971	6	70
1972	7	45
1973	4	54

Fonte: Dulce C. Monteiro Filha. Aplicação de fundos compulsórios pela BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira: 1952-89, p. 90.
 Obs.: Como o financiamento ao setor de couro e calçados nessa época continuou muito reduzido, as informações referem-se basicamente ao setor têxtil.

O apoio da Finame ao setor têxtil no período 1972-76 está exposto na tabela 12.

Tabela 12 – Apoio da Finame ao setor têxtil – 1972-76

Ano	R\$ mil (dez/01)	US\$ mil (dez/01)
1972	99.440	41.325
1973	83.478	34.692
1974	169.915	70.613
1975	205.514	85.407
1976	272.417	113.211

Obs: Valores corrigidos para dez 2001 pelo IGP-DI e transformados para dólar de dez/2001: 1 dólar= 2,40630 reais.
Fonte: Elaborado a partir de SPI/BNDES 1978.

O setor têxtil também era apoiado pela Ibrasa, subsidiária do BNDES que atuava na capitalização das empresas. De 1974 a 1976, ela participava das seguintes empresas: Dohler, Artex, Schlosser, Kalil Sehbe e Hering.

Tabela 13 – Apoio do BNDES e da Ibrasa ao setor têxtil – Participação percentual das diferentes linhas de financiamento – 1974-76

Ano	FRE	PIB-NE	Fipeme	FMRI	Ibrasa	Outros	Total
1974	13,5	43,3	0,6	33,0	9,6	0,0	100
1975	0,0	0,0	0,0	35,9	7,9	56,2	100
1976	0,0	0,0	0,0	36,1	13,1	50,8	100

Obs.: Por meio do programa PIB-NE, apoiaram-se duas empresas nordestinas: Indústria Coelho e Seridó.
Fonte: Elaborado a partir de SPI/BNDES 1978.

Nesses anos, o apoio do BNDE e da Ibrasa, através de operações diretas, mostra também que o setor têxtil obteve financiamento até por intermédio do FRE, por ter sido considerado prioritário após 1965.

Entretanto, grande parte do financiamento ao setor era feita por via de agente financeiro no Programa de Operações Conjuntas, mediante a chamada Operação-Projeto; a exceção eram as atividades de beneficiamento e aproveitamento de subprodutos.

A tabela 14 mostra o percentual das aprovações de financiamentos para o setor têxtil e o setor de calçados no total das aprovações do BNDES em 1974-89.

3.3. INVESTIMENTO DO SETOR TÊXTEL NO PERÍODO 1990-2001

Gorini (2000) chama a atenção para o fato de que, durante os anos 90, a situação tecnológica do setor têxtil no Brasil sofreu alterações, apresentando sinais de melhora. De maneira geral, os investimentos em tecnologia tiveram incremento em relação ao início da década: em 1990, foram investidos US\$ 684 milhões; em 1995, já eram US\$ 1.053 milhões. Em 1996, esses investimentos sofreram queda, mas se mantiveram acima dos patamares anteriores a 1995. As importações de máquinas e equipamentos (aí incluídos filatórios, teares, máquinas de costura e máquinas para acabamento, entre outros itens) também tiveram incremento, sobretudo a partir de 1994, e alcançaram o pico de US\$ 737 milhões em 1995, representando aumento significativo em relação à média de US\$ 327 milhões do período 1990-93, conforme mostra a tabela 15. Entre 1996 e 2000, essas importações voltaram a níveis que, embora mais baixos, ainda eram superiores àquela média.

Tabela 14 – Participação das aprovações de financiamento para o setor têxtil e o setor de calçados nas aprovações totais do Sistema BNDES – 1974-89

Ano	% nas aprovações totais do Banco	Número de operações
1974	5	147
1975	3	100
1976	2	119
1977	2	88
1978	1	141
1979	3	305
1980	2	211
1981	1	n. d.
1982	2	n. d.
1983	2	n. d.
1984	5	n. d.
1985	3	n. d.
1986	3	n. d.
1987	3	n. d.
1988	4	n. d.
1989	4	n. d.

*Fonte: Monteiro Filho. Aplicação de fundos compulsórios pelo BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira: 1952-89, p. 90.
Obs.: Como o financiamento ao setor de couro e calçados de 1974 a 1981 foi muito reduzido, as informações referem-se basicamente ao setor têxtil. As informações de 1982 a 1989 são exclusivamente do setor têxtil.*

3.3.1. Apoio do Sistema BNDES ao setor têxtil de 1990 a 2001

Na década de 90, após a abertura da economia brasileira, houve um ciclo de investimento em máquinas têxteis, fenômeno que alcançou pico em 1995. A importação foi a responsável pela maior parte do investimento em máquinas no período, e a colaboração financeira do BNDES se mostrou mais significativa em 1995, 1997 e 1998. Em 1986, o Banco criou o Programa de Reestruturação do Setor Têxtil, operado por agentes financeiros, que visava a aumentar o fôlego das empresas.

Tabela 15 – Importação de máquinas e equipamentos – 1989-2001

[US\$ milhões correntes]

Ano	Máquinas para extrudir, estirar, cortar materiais têxteis sintéticos ou artificiais	Máquinas para fiação	Teares para tecidos	Teares para malhas	Máquinas e equipamentos auxiliares	Máquinas para fabricar feltros	Máquinas de lavar roupas	Máquinas para lavar, limpar, espremer, passar, tingir etc.	Máquinas de costura	Total
1989	2.748	58.251	43.920	43.060	67.384	2.560	1.312	11.236	38.640	269.731
1990	24.869	80.606	55.313	69.111	78.593	5.236	234	13.256	49.822	377.040
1991	16.092	55.748	30.519	61.350	48.343	4.684	278	22.242	83.299	342.455
1992	27.141	34.080	33.911	34.230	50.407	2.734	893	24.282	42.913	250.591
1993	20.576	43.140	30.729	56.005	63.981	4.225	1.182	36.560	80.955	337.353
1994	25.369	80.396	79.785	99.520	157.374	11.546	4.285	50.832	101.914	411.021
1995	27.428	109.227	99.623	152.874	85.926	24.371	11.314	77.493	150.391	738.606
1996	46.239	95.954	51.515	76.885	66.946	9.255	22.748	55.265	92.885	517.694
1997	32.669	125.991	72.504	93.445	60.217	3.218	23.645	77.191	98.126	587.027
1998	15.916	83.767	47.513	86.189	56.722	20.193	7.887	23.041	73.684	415.122
1999	28.067	55.365	34.568	73.559	55.974	8.579	2.608	58.333	53.186	370.239
2000	26.438	70.403	52.912	86.066	57.039	22.471	5.024	62.472	63.771	446.576
2001	9.331	96.570	40.623	69.639	61.463	16.016	4.021	58.743	49.585	405.991

Fonte: Secex/Sistema Alice.

Em média, o financiamento pela Finame representou 6% do investimento em máquinas no período 1990-2001. Ressalve-se, contudo, que esses financiamentos não representavam a totalidade dos empréstimos do Sistema BNDES para a compra de máquinas, já que eles também eram financiados diretamente pelo Banco.

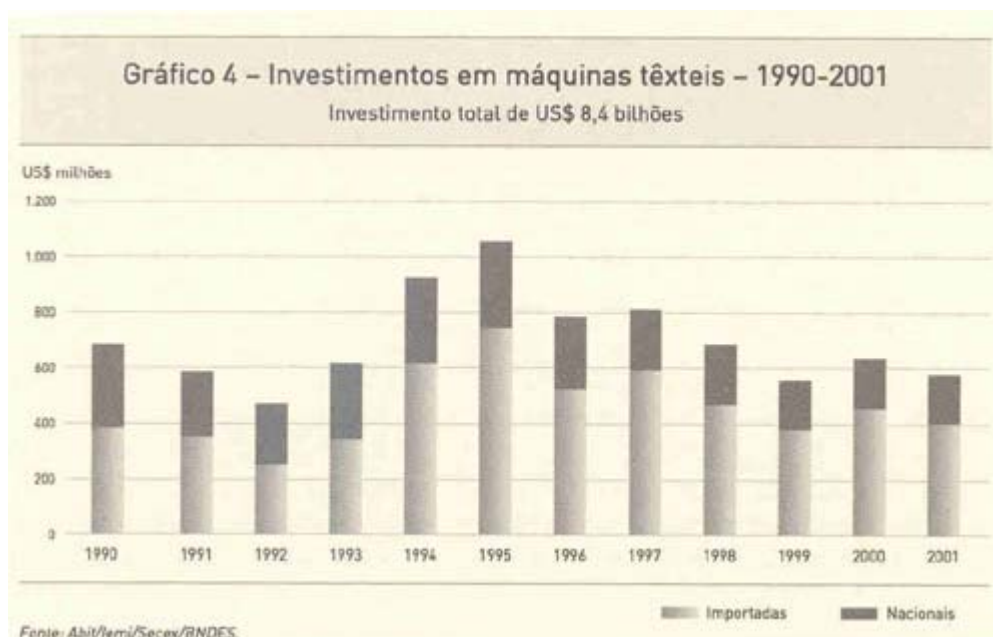
Considerando o período 1990-2001, os investimentos totais na cadeia têxtil, segundo os dados acima, foram de cerca de US\$ 8,4 bilhões (US\$ 5,5 bilhões somente na importação de equipamentos). Na década, o financiamento do BNDES foi da ordem de US\$ 2,3 bilhões, conforme se vê na tabela 16.

Tabela 16 – Evolução dos desembolsos do Sistema BNDES para o setor têxtil (inclusive confecção), segundo a região – 1990-2000

(em US\$ milhões)

Região	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Norte	-	-	0,13	0,03	-	-	-	0,03	0,01	-	-	0,19
Nordeste	17,02	6,04	23,34	31,45	58,30	132,09	77,09	98,47	50,02	93,59	64,01	651,42
Sudeste	49,38	59,33	48,06	44,17	47,90	84,23	41,64	182,15	248,00	141,74	103,85	1.050,41
Sul	52,02	35,40	30,29	33,03	54,57	118,58	33,11	41,66	69,04	29,52	57,77	554,98
Centro-Oeste	1,74	2,68	2,52	0,33	0,72	4,80	0,15	0,62	0,70	-	0,61	14,85
Total	120,17	103,45	104,32	109,00	161,49	339,70	152,86	322,92	367,76	264,85	226,24	2.271,85

Fonte: Gorini, Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas, Revista Setorial, BNDES, 2000, p. 30.



O Programa de Reestruturação do Setor Têxtil, segundo a avaliação feita pelo BNDES (ver Gorini e Martins, 1998), gerou grande aumento de produtividade e de capacidade de produção. Segundo dados do IBGE, na indústria têxtil (excluindo-se a confecção) o aumento da produtividade do trabalho entre 1990 e 1997, – estimada como a razão entre a variação do valor adicionado e a variação do pessoal ocupado – atingiu 50%. O estudo mencionado verificou ainda que “a maior parte dos investimentos realizados foi destinada a equipamentos (cerca de 62% do total), tendo os equipamentos importados representado parcela de 36% do total. De fato, as importações de equipamentos têxteis (incluindo filatórios, teares, máquinas de costura, entre outros) tiveram grande crescimento na década, alcançando o pico de US\$ 740 milhões em 1995, contra US\$ 278 milhões em 1988, o maior valor alcançado na década anterior”.

Pode-se concluir, portanto, que a cadeia têxtil-confecção, a qual respondeu por 14% dos empregos gerados na indústria brasileira em 1999, apresentou elevados investimentos em modernização e expansão da capacidade produtiva durante toda a década de 90.

Tabela 17 – Investimentos em máquinas têxteis – 1990-2001
(US\$ milhões)

Anos	Importada	Nacional	Total	Finame	%
1990	377	307	684	59	8,63
1991	342	234	576	44	7,64
1992	251	217	468	31	6,62
1993	337	275	612	40	6,54
1994	611	314	925	56	6,05
1995	737	316	1.053	102	9,69
1996	520	262	782	39	4,99
1997	587	221	808	33	4,08
1998	468	214	682	46	6,74
1999	373	185	558	11	1,97
2000	453	185	638	20	3,13
2001	406	166	572	20	3,50
TOTAL	5.462	2.896	8.358	501	5,99

Fonte: lemi.

Tabela 18 – Desembolsos do Sistema BNDES para o setor têxtil (não incluindo confecções) segundo a finalidade – 1990-2002 (US\$milhões)

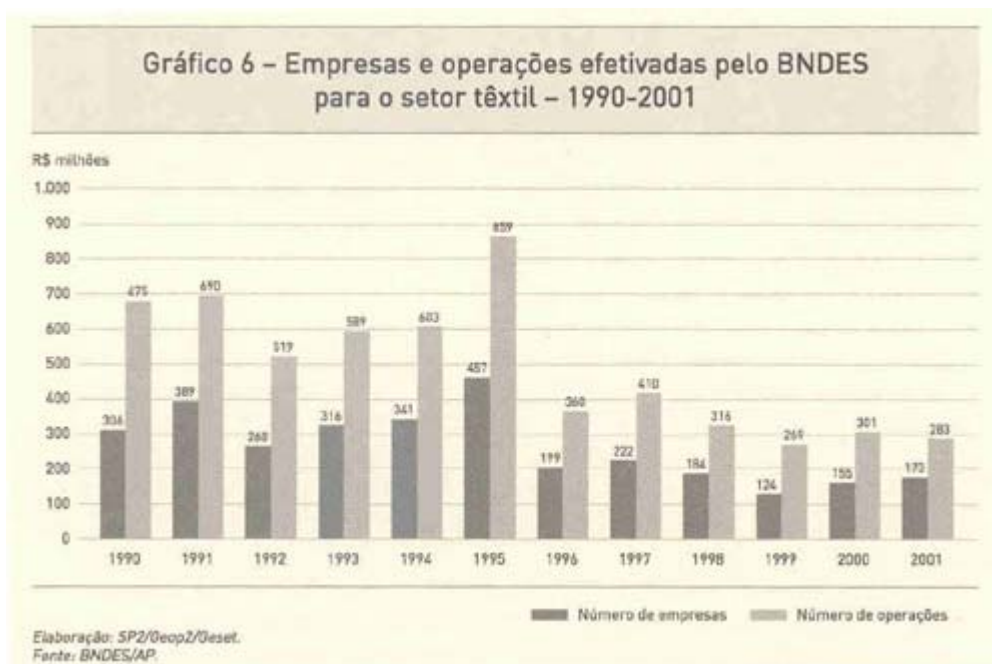
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	90-02
Implantação	7,8	9,3	6,7	4,7	43,3	87,9	53,8	21,6	19,0	3,7	11,3	14,2	15,1	298,4
Relocalização	0,6	0,5	0,6	1,7	1,4	2,0	1,4	1,4	0,1	0,3	1,4	0,4	0,5	12,4
Expansão	37,9	17,3	46,0	39,7	35,9	70,1	26,5	144,8	82,6	31,6	25,9	11,5	4,8	574,7
Modernização/Racionalização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	0,9	8,7	1,5	4,5	1,2	0,0	21,0
Invest. equip. estrangeiros	5,3	3,8	11,9	17,6	17,6	57,7	7,5	22,5	22,4	3,8	1,9	0,8	7,8	180,5
Invest. equip. nacionais	58,0	42,6	30,4	37,2	54,0	95,8	37,2	30,5	24,7	8,2	18,8	15,1	12,4	464,9
Financ. exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,3	1,6	0,1	1,1	0,7	16,8
Desenv. mercado de capitais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
Investimentos sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,1	0,0	0,5	0,1	1,1
Co-gestão/autogestão	0,0	11,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,7
Conservação meio ambiente	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	130,4	29,8	0,0	9,8	0,0	170,0
Reestruturação societária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19,5	7,9	39,3	26,9	0,0	0,0	93,6
Reestruturação financeira	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	2,5	3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4
Reforço capital de giro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Total Brasil	110	92	96	102	152	316	137	297	325	203	212	125	93	2.260

Fonte: BNDES.

A finalidade dos financiamentos, que aparece na tabela 18, mostra que os maiores volumes de apoio financeiro no período 1990/2002 foram aplicados visando os seguintes objetivos, segundo esta ordem de prioridade: expansão de plantas já existentes, investimento em equipamentos nacionais, implantação de novas unidades fabris, investimento em equipamentos estrangeiros e conservação do meio ambiente.

Gráfico 5 – Evolução dos desembolsos do Sistema BNDES – têxtil e confecções – 1990-2001





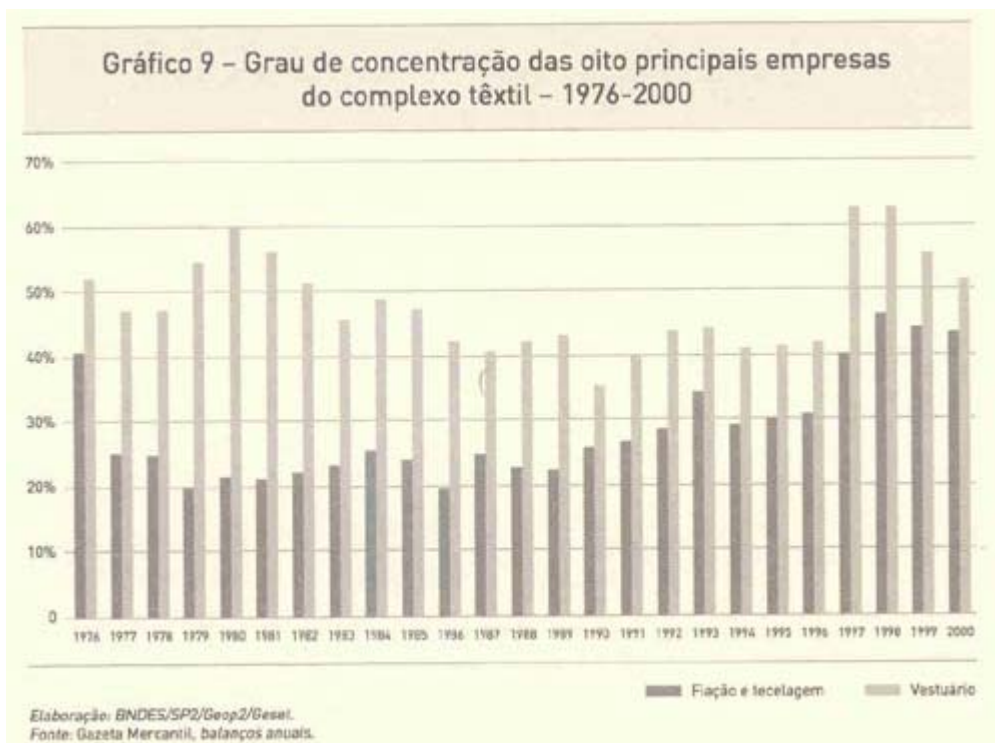
Outro aspecto relevante é que, em termos históricos, inclusive de 1990 a 2001, o financiamento do BNDES tem-se destinado prioritariamente ao setor têxtil, quando comparado ao de confecções.

A afirmação permanece válida mesmo quando comparamos o número de empresas e operações do setor têxtil com o de confecções, conforme mostram os gráficos 6 e 7.





Cabe observar, contudo, que o número de estabelecimentos de fiação e tecelagem, que permanecera mais ou menos constante nas décadas de 70 e 80 (cerca de 5.350), apresentou aumento gradativo a partir de 1997, conforme vemos ao analisar o grau de concentração (baseado no faturamento das oito maiores empresas – CR8). É preciso salientar, porém, que a maior concentração foi sempre na indústria de vestuário, que apresentou grau acima de 60% em 1997 e 1998.





O valor do financiamento às exportações do setor têxtil atingiu um pico no ano 2000; no setor de confecções, isso aconteceu em 2001. Em termos de número de operações, o financiamento à exportação do setor têxtil chegou a seu nível mais elevado em 1999; o valor das operações, entretanto, foi pequeno.

3.4. PROGRAMA DO BNDES DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO ALGODÃO NACIONAL

Cabe chamar a atenção, em especial, para o Programa de Apoio à Comercialização do Algodão Nacional criado em 1998, com uma dotação orçamentária de R\$ 400 milhões e prazo de vigência até 30 de dezembro de 1998. O Programa vem sendo prorrogado. O Programa atingiu um pico de demanda em 1999, conforme se vê na tabela 19.

Tabela 19 – Programa de Apoio à Comercialização do Algodão Brasileiro – 1998-2001

	Valor desembolsado (R\$ milhões)	Número de operações	Quantidade financiada (mil t)	Safra nacional (mil t)
1998	4,2	8	2,47	411
1999	115,8	17	55,21	520,1
2000	72,3	11	67,7	700,3
2001	42,4	2	35,2	938,8
Total	234,7	38		

Fonte: BNDES/SP2/Geop1.

Tomando-se o índice Esalq para calcular as quantidades comercializadas com recursos do BNDES, estima-se que o Programa tenha chegado a abranger cerca de 10% da safra nacional em 1999 e 2000.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS⁶

A cadeia têxtil-confecções é importante pela capacidade de gerar empregos e desenvolvimento regional, assim como pela significativa participação no mercado internacional; neste, aliás, apresenta potencial de ganhos de competitividade que devem ser considerados.

Desde o ano 2000, o BNDES participa ativamente do Fórum de Competitividade do Setor Têxtil do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, iniciativa que reúne representantes do governo, das empresas e dos trabalhadores. Nesse Fórum, foram traçadas diversas metas de crescimento e desenvolvimento do complexo e apontadas as ações necessárias para alcançá-las.

O setor privado e o governo vêm realizando diversos trabalhos para propiciar o aumento das vendas externas, e tem-se buscado desenvolver pólos regionais de produção, na busca pela qualidade, inclusive nas confecções.

Cabe concluir, portanto, que o complexo têxtil brasileiro tem feito grande esforço de investimento. Nos anos 80, realizou projetos de modernização e racionalização e, nos anos 90, passou por um processo de reestruturação para encarar a concorrência internacional.

A qualidade do produto tem avançado, junto com melhores serviços e adequação ambiental. Ademais, o Brasil apresenta custos competitivos, principalmente nos itens energia e mão-de-obra. A produção nacional de algodão também vem recuperando-se, em função dos programas desenvolvidos; estes reverteram a tendência de queda, e a safra chegou a 938,8 mil toneladas/ano em 2000-01, para um consumo de 865 mil toneladas e uma exportação de 147,3 mil.

Entretanto, alguns gargalos devem ser superados para que se possa atuar eficientemente numa economia aberta e num setor exportador como o têxtil:

i) Na cadeia de produção têxtil-confecções, não é possível analisar o desempenho de fibras químicas sem forte referência às fibras naturais, e vice-versa. A partir da fiação, as fibras são mescladas em proporções crescentes, na busca de tecidos com características especiais não só de uso, mas também de qualidade/custo. Isso implica desafios constantes para atingir padrões de qualidade e produtividade, em especial nas atividades de acabamento, que exigem novos conhecimentos e processos químicos específicos, aumentando assim a substitutividade/complementaridade entre as fibras naturais e as sintéticas.

ii) No Brasil, existe suboferta de fibras químicas diferenciadas, o que afeta a competitividade nacional nas cadeias de produção e comercialização, principalmente diante dos asiáticos. A falta de coordenação da cadeia produtiva impede o país de participar nas estruturas de *governance* que vêm sendo montadas a partir do cliente final.

iii) No segmento de fibras químicas, é necessária a especialização em nichos mais lucrativos, de qualidade diferenciada, com o uso de novas fibras químicas e novos processos produtivos.

iv) A proximidade com os maiores mercados consumidores, aliada a técnicas para diminuir o tempo de concepção, produção e comercialização, permite que a produção seja "puxada" pelas voláteis demandas da moda que predominam no setor. A organização da indústria têxtil nos países desenvolvidos vem transformando-se e adequando-se a um regime de mercado comprador, cabendo ressaltar que essa estrutura é difícil de implantar.

v) O mercado final está mais exigente em termos de qualidade e novidade, com a conseqüente redução de tempo dos ciclos de lançamento de produtos. Grandes empresas de tecidos e confecções, especialmente as integradas, movimentam-se rumo à ponta do mercado, tornando-se produtores com marca. As demais empresas de confecções estão gradualmente se reestruturando para qualificarem-se como fornecedoras.

Com relação à grande maioria das empresas, observa-se:⁷

- i) A ausência de parcerias/alianças estratégicas ou, num conceito mais abrangente, a ausência de redes integradas de empresas, tanto no varejo (com investimentos em pontos-de-venda, para melhor expor o produto) como nas parcerias com fornecedores (para desenvolvimento de novos produtos, aquisição de matérias-primas e estabelecimento de etapas conjuntas de produção, como, por exemplo, no acabamento).
- ii) O baixo nível de informação e a ausência de sistemas de *quick response*, como EDI e ECR.
- iii) A pouca agilidade e dificuldade para produzir em lotes menores.
- iv) A comercialização ineficiente, com equipe de vendas pequena e inexperiência no mercado internacional (umas poucas empresas são responsáveis pela maior parte das exportações têxteis nacionais).
- v) O baixo investimento em desenvolvimento de produto e *design*.

Com relação a segmentos específicos, espera-se que as empresas desenvolvam as seguintes competências:

Tipo de empresa	Competências essenciais
Produtores de fibras	Saber focar a estratégia competitiva (entre produção de <i>commodities</i> e nichos especializados). Saber estabelecer parcerias estratégicas no interior das cadeias têxteis. Saber estabelecer parcerias estratégicas com fornecedores de insumos e de tecnologia. Saber gerenciar produção e operações (logística, transporte e armazenagem)
Produtores com marca	Criar capacidade de atuar no mercado global. Saber identificar as tendências do mercado e as mudanças no comportamento do cliente. Saber direcionar-se para segmentos específicos de clientes (conceito e <i>design</i>) Saber desenvolver e gerenciar parcerias estratégicas Desenvolver estratégias de produção própria e de subcontratação.
Comercializadores com marca	Criar capacidade de atuar no mercado global. Saber identificar as tendências do mercado e as mudanças no comportamento do cliente. Saber direcionar-se para segmentos específicos de clientes (conceito e <i>design</i>) Saber desenvolver e gerenciar parcerias estratégicas Desenvolver estratégias de produção própria e de subcontratação.
Varejistas	Saber desenvolver parcerias estratégicas com fornecedores. Saber gerenciar cadeias de fornecimento. Desenvolver logística e gestão de materiais.
Fornecedores de pacotes com marca	Saber desenvolver estratégia com foco no cliente e orientação para serviço. Ter competência própria para <i>marketing</i> , <i>design</i> e comercialização. Saber aperfeiçoar processos produtivos por meio de gerenciamento de custos e redução dos tempos de processamento e logística.
Fornecedores de pacotes completos	Saber desenvolver estratégias com foco no cliente e orientação para serviço. Saber trabalhar em regime de engenharia simultânea e <i>codesign</i> . Saber aperfeiçoar processos produtivos por meio de gerenciamento de custos e redução dos tempos de processamento e logística.
Fornecedores especializados	Saber desenvolver produtos. Saber fazer parcerias estratégicas. Desenvolver tecnologia de produtos e produção. Saber aperfeiçoar processos produtivos por meio de gerenciamento de custos e redução dos tempos de processamento e logística.
Acabamento	não disponível
Facionistas, ou melhor, fábricas de roupas	Saber desenvolver estratégia com foco no cliente e orientação para serviço. Saber aperfeiçoar processos produtivos por meio de gerenciamento de custos e redução dos tempos de processamento e logística.

Fonte: Fiery et Alli (2001)

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, J. E. P. & CORRÊA, A. R. Pólo de tecelagem plana de fibras artificiais e sintéticas da região de Americana. *Relato Setorial – BNDES*, nº 2. Rio de Janeiro, fev. 2001.
- AZEVEDO, G. H. W. A indústria têxtil brasileira: desempenho, ameaças e oportunidades. Tese de mestrado. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1997.
- BNDE. Área de Planejamento. Assessoria de Estatística e Avaliação (Aest). *Boletim de Informação*, nº 1. Rio de Janeiro, 1981.
- BNDES. *Proposta de subprograma de ação setorial (SPI) – têxtil e vestuário*. Rio de Janeiro, BNDES, 1978.
- _____. *O BNDES e o complexo têxtil*. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- BRANSKI, R. M. *Exportações brasileiras de têxteis e de vestuário: desempenho e perspectivas*. Campinas, Ceri/Unicamp, 1999.
- CNI/SENAI/CETIQT. *Programa de qualidade e produtividade, subprograma setorial cadeia têxtil, estratégias ações e projetos*. Rio de Janeiro, out. 1991.
- _____. *Documento sobre a competitividade industrial no âmbito da Câmara Setorial Têxtil*. Rio de Janeiro, abr. 1994.
- CNI/SENAI/CETIQT/CNIT, 1996. *Estudos para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2000*, v. 1 e 2. São Paulo, 1986.
- COUTINHO, L. G.; PROCHNICK, V.; et al. *Estudo da competitividade das cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio*. Campinas, Unicamp/IE, 2002.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza; NAKANO, David; MOREIRA, Juan Ricardo Cruz; TANAKA, Leonardo; GALASSI, Ricardo; SILVA, Sandro Márcio da. A competitividade das cadeias produtivas da indústria têxtil baseadas em fibras químicas. Trabalho contratado pelo BNDES. Fundação Vanzolini, 2001 (mimeo).
- GARCIA, O. L. Competitividade da indústria têxtil. *Nota técnica setorial do complexo têxtil*. Campinas, Unicamp, 1993.
- GARCIA, R. C. *Aglomeramentos setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil*. Campinas, 1996.
- GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M.; et al. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
- GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. *BNDES Setorial*, nº 12, p. 17-50. Rio de Janeiro, set. 2001.
- _____; MARTINS, R. F. Novas tecnologias e organização no setor têxtil: uma avaliação do programa de financiamento do BNDES. *Revista BNDES*, nº 10. Rio de Janeiro, dez. 1998.
- HIRATUKA, Célio. Estruturas de coordenação na cadeia têxtil: um estudo sobre as relações entre a indústria têxtil e os fornecedores de fibras químicas, fibras de algodão e máquinas têxteis no Brasil. Tese de mestrado. Campinas, IE/Unicamp, 1996.

- IEMI. *Brasil têxtil*. 1º Relatório do Setor Têxtil Brasileiro. São Paulo, 2001.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO/CDI/SIND. *Análise dos setores industriais – a indústria de vestuário e artefatos de tecidos*. Brasília, 1980-81.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO, SECRETARIA GERAL. Estratégias setoriais para têxtil e confecções. Texto para discussão – versão 1. Brasília, out. 1990.
- MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. Aplicação de fundos compulsórios pelo BNDES na formação da estrutura setorial da indústria brasileira: 1952-89. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1994.
- _____; MODENESI, Rui Lyrio (orgs.). *BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil*. Rio de Janeiro, BNDES, 2002.
- _____; SANTOS, Angela Maria Medeiros Martins. Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior. *BNDES Setorial*, nº 15. Rio de Janeiro, 2002.
- NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. (Coleção Brasileira.)
- PROCHNICK, V. *A dinâmica do complexo têxtil*. Rio de Janeiro, 1991 (mimeo).
- _____; *A dinâmica internacional do complexo têxtil*. Rio de Janeiro, 1991 (mimeo).
- _____; LISBOA, M. *Perspectivas para o complexo têxtil brasileiro*. Rio de Janeiro, IEI/FEA, 1991 (mimeo).
- ROMERO, Luiz L. et al. Setor têxtil. *Relato Setorial BNDES*, set. 1993.
- ____ et al. Tecidos finos de algodão. *Relato Setorial BNDES*, abr. 1994.
- RUCCI, A. J. & QUINN, R. T. The employee-customer-profit chain at Sears. *Harvard Business Review*, January 1998.
- SERRA, N. et al. *Organização industrial e tecnologia – setor têxtil*. São Paulo, IPT, 1988.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil 1500-1820*, t. XI. São Paulo, Nacional, 1937. (Coleção Brasileira.)
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- www.abit.org.br
- www.abrafas.org.br
- www.dupont.com.br
- www.polyenka.com.br
- www.rhodia.com.br

¹ Os autores agradecem a Janusz Zaporski e a Angela Maria Medeiros Martins Santos, respectivamente engenheiro e gerente setorial do BNDES, assim como a Priscilla Burity, Gabriel Barros Tavares Pinto e Pedro Martins Simões, estagiários do BNDES.

² Ver site <http://www.rhodia.com.br>

³ A Valisère ficou com a Rhodia até 1986, quando foi vendida.

⁴ Furtado, Celso. Perspectivas da economia brasileira. *BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil*.

⁵ In: Prochnik, V. e Lisboa, M. *Perspectivas para o complexo têxtil brasileiro*. IEI/FEA, UFRJ. Mimeo, p. 48.

⁶ Estas considerações finais foram extraídas de textos publicados por Ana Paula Gorini na *Revista BNDES Setorial* n° 12 (Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas) e por Dulce Corrêa Monteiro Filha e Ângela Medeiros na *Revista BNDES Setorial* n° 15 (Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior).

⁷ Conforme enfatizados por Gorini (2000).